



ÉXES SECURITIZADORA S.A.
(CNPJ: 55.085.811/0001-24)

Demonstrações Financeiras
Relativas aos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025

Índice

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanços patrimoniais.....	9
Demonstrações dos resultados	10
Demonstrações dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	12
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	13
Demonstrações dos valores adicionados.....	14
Notas explicativas às demonstrações financeiras.....	15

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V. Sas. às Demonstrações Financeiras da Éxes Securitizadora S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e do relatório dos auditores independentes.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2025, a Companhia realizou:

- Sete emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), totalizando R\$495.827.000 (quatrocentos e noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e sete mil reais);
- Quatro emissões de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), totalizando R\$814.740.000 (oitocentos e quatorze milhões, setecentos e quarenta mil reais);
- Uma emissão de Certificados de Recebíveis (CR), no valor de R\$30.000.000 (trinta milhões de reais);
- Uma emissão de Debêntures Securitizadas, no valor de R\$2.500.000.000 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

A Companhia apresentou no ano findo em 31 de dezembro de 2025 um resultado de R\$ 247.753 (duzentos e quarenta e sete mil, setecentos e cinquenta e três reais). O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 200.000 (duzentos mil reais).

A Companhia permanece concentrando seus esforços, em estudos para identificar oportunidades de negócios e em prospecção nos mercados imobiliário e do agronegócio.

Informamos que a empresa BLB BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES SP, CNPJ nº 33.761.508/0001-61, foi contratada pela Companhia, para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2025.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
ÉXES SECURITIZADORA S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **Éxes Securitizadora S.A.** (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Éxes Securitizadora S.A.**, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações, e seus fluxos de caixa, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Companhia mantém relações e operações em condições específicas com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que teriam sido obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. As demonstrações financeiras combinadas devem ser analisadas nesse contexto e nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Receitas operacionais	
Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria.	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria.
A receita da Companhia decorre da administração dos patrimônios separados, "Fees" de estruturação das emissões de Certificados de Recebíveis. Nesse contexto, esse tema foi considerado como o principal assunto de auditoria, dado complexidade da estrutura das operações e validação dos documentos.	Nossos procedimentos de auditoria, foram entre outros: (i) conciliação contábil das receitas; (ii) análise dos documentos fiscais de prestação de serviços, por amostragem; (iii) verificação da entrada dos recursos em conta corrente da Companhia, por amostragem; (iv) revisão analítica da receita, visando identificar oscilações ou variações fora das operações com emissões da Companhia, que pudessem resultar em receitas não reconhecidas ou reconhecidas por valores incorretos ou fora de sua competência; (v) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia relacionadas a este assunto. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que os valores registrados são adequados, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado:

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, cujo relatório de auditoria foi emitido em 21 de março de 2025 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. Os valores correspondentes às Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria daqueles auditores independentes e, com base em seu exame, emitiram relatórios em modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 16 de março de 2026.

BLB Brasil Auditores Independentes SP

CRC 2SP040948/O-9



Remerson Galindo de Souza

CRC 1SP218219/O-2

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	614	10
Adiantamentos	5	53	83
Impostos a recuperar	6	329	2
Outros valores a receber		-	68
Partes relacionadas	9	-	5
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		996	168
TOTAL DO ATIVO		996	168
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Dividendos a pagar		42	-
Fornecedores		2	-
Obrigações trabalhistas	7	27	59
Impostos e contribuições a recolher	8	43	81
Partes relacionadas	9	417	222
Credores diversos	10	263	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		794	362
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	11.a	200	10
Reservas de lucros			
Legal	11.b	2	-
Prejuízos acumulados			
Prejuízos acumulados	11.b	-	(204)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		202	(194)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		996	168

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação apresentado em R\$)

	Nota Explicativa	31/12/2025	31/12/2024
RECEITA BRUTA			
Prestação de serviços		871	60
DEDUÇÕES DA RECEITA			
Impostos sobre serviços		(85)	(6)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	12	786	54
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	13	(665)	(209)
Serviços de terceiros	14	(62)	(34)
Outras despesas administrativas	16	(45)	(16)
Despesas tributárias		(22)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	15	5	-
		(789)	(259)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receita Financeira		416	14
Despesas Financeiras		(42)	(13)
		374	(1)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		371	(204)
Imposto de renda	17	(87)	-
Contribuição social	17	(36)	-
RESULTADO LÍQUIDO DOS PERÍODOS		248	(204)
Lucro/(prejuízo) por ação		1,2388	(20,40)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultados do exercício	248	(204)
Resultados abrangentes do período	<u>248</u>	<u>(204)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Lucro/ Prejuízo Acumulado	Patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2024	-	-	-	-
Capital Subscrito	10	-	-	10
Prejuízo líquido do exercício	-	-	(204)	(204)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	10	-	(204)	(194)
Saldo em 01 de janeiro de 2025	10	-	(204)	(194)
Capital Subscrito	190	-	-	190
Lucro líquido do exercício:	-	-	248	248
<u>Destinação do lucro:</u>				
Reserva legal	-	2	(2)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(42)	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	200	2	-	202

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Atividades Operacionais		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	248	(204)
	<u>248</u>	<u>(204)</u>
Variações dos Ativos e Passivos		
Impostos a recuperar	(327)	(2)
Despesas antecipadas	29	(83)
Outros valores a receber	68	(68)
Fornecedores	2	-
Obrigações trabalhistas	(32)	59
Impostos e contribuições a recolher	(38)	81
Partes relacionadas	200	217
Outras obrigações	264	-
	<u>166</u>	<u>204</u>
Fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais	<u>414</u>	<u>-</u>
Atividades de Financiamento		
Integralização de Capital	190	10
Fluxo de caixa consumido nas atividades de financiamento	<u>190</u>	<u>10</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>604</u>	<u>10</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	614	10
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>604</u>	<u>10</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS VALORES ADICIONADOS
 DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
RECEITAS		
Prestação de serviços	871	60
	<u>871</u>	<u>60</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	(112)	(34)
	<u>(112)</u>	<u>(34)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>759</u>	<u>26</u>
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	<u>759</u>	<u>26</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Resultado financeiro	416	14
Outras receitas	10	-
	<u>426</u>	<u>14</u>
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u><u>1.185</u></u>	<u><u>40</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Pessoal		
Remunerações	471	189
Benefícios	87	9
FGTS	28	11
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	260	16
Municipal	49	6
Remuneração de capital de terceiros		
Despesas bancárias	42	13
Remuneração do capital próprio		
Lucro do exercício	248	(204)
VALOR DISTRIBUIDO	<u><u>1.185</u></u>	<u><u>40</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Éxes Securitizadora S.A. (“Companhia”), foi constituída em 05 de março de 2024, tendo como objetivo a realização de Operações de Securitização na qualidade de Companhia Securitizadora, nos termos do artigo 18 da Lei 14.430; a aquisição e/ou alienação de direitos creditórios, o que inclui, mas sem limitação, direitos creditório originados por pessoas físicas ou jurídicas, fundos de investimentos ou outras pessoas, de quaisquer segmentos e atividades empresariais, o inclui, mas sem limitação, os segmentos do agronegócio, imobiliário, financeiro, mercantil, industrial, de prestação de serviços, de qualquer setor da economia, o que inclui, mas sem limitação, o setor de energia, infraestrutura, dentre outros, no âmbito de Operações de Securitização ou para vinculação a eventual Operação de Securitização; a aquisição e/ou alienação de títulos representativos de ou lastreados em Direitos Creditórios; Gestão, administração e/ou cobrança de Direitos Creditórios, próprios, vinculados ou não a Operações de Securitização, e de terceiros; Emissão de Certificados de Recebíveis, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Debêntures, Notas Comerciais ou outros títulos e valores mobiliários representativos de Operações de Securitização valores mobiliários, incluindo ativos com variação cambial, representativos de Operações de Securitização, o que inclui, mas sem limitação, ativos digitais e/o tokenizados, para colocação privada ou pública, no mercado local ou no exterior (“Títulos de Securitização”); Realização de negócios e prestação de serviços relacionados a Operações e Securitização, o que inclui, mas sem limitação, a estruturação de Operações de Securitização; digitação, registro, colocação, no mercado financeiro e de capitais, primário e secundário, de Títulos de Securitização; Distribuição, recompra, revenda ou resgate de Títulos de Securitização de sua própria emissão nos mercados financeiros e de capitais; Realização de operações de hedge, dentre outras, nos mercados derivativos, visando cobertura de risco em suas carteiras de Direitos Creditórios; Prestação de garantias no âmbito das Operações de Securitização e dos Títulos de Securitização emitidos pela Companhia; e Participação em outras sociedades.

A Companhia está situada na Av. Rebouças, 2748, conjuntos nº 121 e 122, 12º andar - Pinheiros, São Paulo - SP, 05402-500.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras da Companhia, foram aprovadas pela Administração da Companhia em 10 de março de 2026 e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

b) Base da mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos elementos das demonstrações financeiras. A liquidação das operações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

No atual contexto operacional, a Companhia não tem transações referenciadas em moeda estrangeira.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida, inicialmente, na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e não reconhecimento

A Companhia não reconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, conta corrente com patrimônios fiduciários, direitos creditórios adquiridos, contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são recursos bancários, em espécie ou aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A aplicação é considerada de curto prazo quando possui vencimento de três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Contas a receber - recebíveis imobiliários

São representados por direitos creditórios adquiridos de operação de cessão de cédulas de créditos imobiliários sem coobrigação do cedente.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração

Contas a receber - recebíveis imobiliários

Os recebíveis são registrados pelo seu valor de aquisição e os certificados emitidos por seu valor de captação, acrescidos dos rendimentos e/ou encargos auferidos até a data de encerramento do balanço, os quais não são incorporados ao resultado e ao patrimônio da Companhia, por se constituírem em patrimônio em separado nos termos da Lei nº 9.514/97, e controlados individualmente por projeto. O saldo de securitização é demonstrado pelo valor líquido, no ativo ou no passivo, conforme o caso, na rubrica "Direitos creditórios adquiridos".

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

Instrumentos financeiros passivos e não derivativos

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, passivos financeiros a custo amortizado, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

O passivo financeiro da Companhia inclui fornecedores, dividendos a pagar e outras contas a pagar.

Redução ao valor recuperável (impairment)

Caso haja créditos com liquidação duvidosa, tais créditos podem ser devolvidos às empresas de quem a Companhia os comprou ou pode haver a troca dos mesmos por outros, de acordo com as condições de coobrigação dos contratos de compra de recebíveis, não sendo aplicável, portanto, o reconhecimento de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa. Todas as CCI, que são lastro dos CRIs pulverizados, contam com alienação fiduciária ou recompra por parte da incorporadora no caso de inadimplência.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado, caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício. São compostos pelo saldo de aplicações financeiras.

Capital social

A Companhia classifica instrumentos financeiros emitidos como passivo e patrimônio de acordo com a substância dos termos contratuais de tais instrumentos.

As ações emitidas pela Companhia somente são resgatáveis à escolha da Companhia, por isso, estão classificadas no patrimônio líquido.

Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições dentro do patrimônio líquido, quando da sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

3.2. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

Ativos contingentes

Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabe mais nenhum recurso.

Provisões para risco

São avaliados por assessores jurídicos e pela Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa que possa gerar uma saída de recursos que seja mensurável com suficiente segurança. São constituídas provisões para os processos classificados como perdas prováveis pelos assessores jurídicos; tais processos também são divulgados em notas explicativas.

Passivos contingentes

São incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos. Passivos dessa natureza não são provisionados, mas divulgados, se classificados como perda possível; e não provisionados nem divulgados, se classificados como perda remota.

3.3. Apuração do resultado

Receita operacional

A receita operacional da Companhia é formada pelo montante de juros, deságios/ágios e atualização monetária auferidas em aplicações financeiras, pelo resultado gerado na estruturação e gestão das operações de securitização de recebíveis sujeitas ao regime fiduciário.

Essas receitas são medidas pelo valor justo e são reconhecidas, na Companhia, quando existe evidência convincente: (i) de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que é provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade; (iii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de operações puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iv) de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais das operações contratadas e/ou dos respectivos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais oferecem lastro. Em condições normais, a transferência se dá na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários e do Agronegócio para os quais a Companhia não oferece qualquer garantia de retorno aos investidores. Nessa oportunidade, exceto pelas receitas operacionais que ainda serão auferidas pela Companhia ao longo do prazo da operação, as receitas já auferidas são reconhecidas e o respectivo caixa transferido.

Resultado auferido nos investimentos em títulos e valores mobiliários (receitas financeiras e despesas financeiras)

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

Quando aplicável, as despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, líquidas do desconto a valor presente das provisões, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (“*impairment*”) reconhecidas nos ativos financeiros.

Despesas operacionais

A despesa operacional da Companhia é formada por despesas administrativas necessárias à sua manutenção, e por despesas vinculadas à atividade de securitização não atribuíveis aos patrimônios separados.

Essas despesas são reconhecidas na Companhia quando existe evidência convincente: de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à titularidade dos créditos foram transferidos para os investidores; (ii) de que os custos associados e os riscos de possíveis cancelamentos de emissões puderem ser mensurados de maneira confiável; e (iii) de que o valor da despesa operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável que ganhos adicionais serão oferecidos aos investidores e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, o ganho é reconhecido como uma elevação da despesa operacional conforme as demais despesas vinculadas às emissões sejam reconhecidas.

3.4. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

As antecipações e os valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do exercício.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

As receitas, as despesas e os custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício de acordo com o fluxo de recebimento dos recebíveis.

3.5. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.6. Demonstração do valor adicionado

A Companhia incluiu na divulgação das suas demonstrações financeiras a Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), que tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

3.7. Contas-correntes com patrimônios separados

Eventualmente a Companhia pode antecipar recursos para cobertura de custos relacionados à emissão das operações de securitização em regime fiduciário, os quais serão compensados posteriormente pelos patrimônios fiduciários quando concluída a operação de captação e a disponibilidade financeira dos mesmos.

3.8. Novas normas e interpretações já efetivas

A Administração avaliou as alterações às normas emitidas pelo IASB e aprovadas pelo CPC com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, especialmente a alteração ao CPC 02 (R2) relacionada à falta de conversibilidade de moedas, concluindo que sua adoção não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras

A Companhia mantém processo contínuo de monitoramento das alterações nas práticas contábeis aplicáveis, avaliando seus reflexos tempestivamente.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

3.9. Normas e interpretações emitidas e ainda não vigentes

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, havia normas, alterações e interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), algumas já aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e outras ainda em processo de endosso pelos órgãos reguladores competentes no Brasil, cuja vigência se inicia a partir de 1º de janeiro de 2026 ou em data posterior.

Dentre as principais normas e alterações aplicáveis à Companhia, destacam-se:

Melhorias anuais às Normas IFRS – Volume 11 – ajustes pontuais e esclarecimentos a diversas normas, incluindo IFRS 9 (CPC 48), IFRS 7 (CPC 40 (R1)), IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e IAS 7 (CPC 03 (R3)), sem alteração substancial dos princípios contábeis atualmente aplicáveis.

Alterações à IFRS 9 (CPC 48) e IFRS 7 (CPC 40 (R1)) – aprimoramentos relacionados à classificação, mensuração e divulgações de instrumentos financeiros.

IFRS S1 e IFRS S2 – normas internacionais de divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e clima, cuja implementação no Brasil está sendo regulamentada pelos órgãos competentes, com aplicação obrigatória a partir de 2026 para determinadas entidades reguladas.

IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras, que substituirá a IAS 1 (CPC 26 (R1)), com vigência prevista para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, introduzindo novos requisitos de apresentação e agregação de informações nas demonstrações financeiras.

A Administração avaliou preliminarmente os efeitos dessas normas e alterações e concluiu que, exceto pelos possíveis aprimoramentos nas divulgações e na forma de apresentação das demonstrações financeiras, não são esperados impactos relevantes na posição patrimonial e financeira ou no desempenho da Companhia quando de sua adoção inicial.

A Companhia não adotou antecipadamente quaisquer dessas normas ou alterações.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos conta movimento	63	9
Aplicações financeiras (i)	<u>551</u>	<u>1</u>
	614	10

(i) Fundos de Investimento e Certificados de Depósito Bancário – CDBs)

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Adiantamentos Salariais	52	83
Adiantamento a Fornecedores	1	-
	<u>53</u>	<u>83</u>

6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRRF S/ Aplicação Financeira (i)	192	-
Saldo Credor de IRPJ - 4º trimestre/2024 (ii)	2	2
Saldo Credor de IRPJ - 1º trimestre/2025 (ii)	11	-
Saldo Credor de CSLL - 1º trimestre/2025 (ii)	1	-
Saldo Credor de IRPJ - 2º trimestre/2025 (ii)	108	-
Saldo Credor de IRPJ - 3º trimestre/2025 (ii)	15	-
	<u>329</u>	<u>2</u>

(i) Referem-se a impostos retidos durante o período,

(ii) Referem-se a impostos retidos durante o exercício e impostos recolhidos antecipadamente, cujo direito de compensar ou restituir será exercido após os procedimentos de declarações à Receita Federal no curso do primeiro semestre de 2026.

7. Obrigações trabalhistas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de salário	1	-
Provisão de férias e de 13º salário	12	20
INSS e FGTS sobre férias e 13º salário a recolher	4	8
INSS e FGTS sobre salários a recolher	10	31
	<u>27</u>	<u>59</u>

8. Impostos e contribuições a recolher

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Provisão de imposto de renda e contribuição social	29	-
COFINS, PIS e ISS a recolher	10	3
IRRF sobre salários	4	-
Impostos retidos no pagamento de terceiros	-	78
	<u>43</u>	<u>81</u>

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

9. Partes Relacionadas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

	Ativo com partes relacionadas	
	31/12/2025	31/12/2024
ÉXES SERVIÇOS FINANCEIROS	-	5
	-	5

	Passivo com partes relacionadas	
	31/12/2025	31/12/2024
ÉXES GESTORA	34	34
ÉXES ASSESSORIA	383	188
	417	222

10. Credores diversos

	31/12/2025	31/12/2024
Valores coobrigados ao Patrimônio Separado (i)	260	-
Outros credores	3	-
	263	-

(i) Valores referente ao pagamento de PMT dos patrimônios separados que serão liquidados no mês subsequente.

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 18 de novembro de 2025 houve aumento de Capital Social da Companhia no montante de R\$ 190 (R\$10 em 2024), mediante a integralização em moeda corrente nacional, com a emissão de novas ações, que totalizaram na data base de 31 de dezembro de 2025 um montante de R\$ 200 mil, representado por 200 mil ações ordinárias, nominativas sem valor nominal.

b) Lucro líquido (Prejuízo) e suas destinações

O lucro líquido (prejuízo) por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício. Inexistem ações adquiridas e mantidas em tesouraria no encerramento dos períodos apresentados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a companhia obteve um lucro no montante de R\$ 247 (Prejuízo de R\$ 204 em 2024), do qual foi constituída uma reserva legal no montante de R\$ 2 (R\$ - em 2024) e provisionado dividendos a serem pagos no montante de R\$ 42 (R\$ - em 2024).

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

12. Receita Operacional Líquida

A Companhia atua na estruturação de securitização de créditos imobiliários, do agronegócio e demais segmentos, a qual faz jus a valores definidos contratualmente, a título de taxa de administração, devidas pelos respectivos patrimônios fiduciários.

As receitas oriundas destas operações são integralmente dependentes destes patrimônios fiduciários aos quais a Companhia realiza as transações e caso tais operações fossem efetuadas junto a terceiros, os resultados auferidos poderiam ser substancialmente diferentes.

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços Prestados	871	60
(-) Despesa com COFINS	(35)	(2)
(-) Despesa com PIS	(6)	(1)
(-) Despesa com imposto sobre serviços	(44)	(3)
	<u>786</u>	<u>54</u>

13. Despesas com pessoal

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Despesas com pró-labore	(85)	-
Despesas de pessoal - Proventos	(386)	(143)
Despesas de pessoal - Benefícios	(87)	(9)
Encargos - FGTS	(28)	(11)
Encargos -INSS	(79)	(46)
	<u>(665)</u>	<u>(209)</u>

14. Serviços de terceiros

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Contabilidade	(27)	(6)
Auditoria	(10)	-
Assessoria e consultoria	(2)	-
ANBIMA	(22)	-
Despesa Serviço Terceiros - PJ	(1)	(28)
	<u>(62)</u>	<u>(34)</u>

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

15. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Variações monetárias ativas	9	-
Outras receitas e despesas	(4)	-
	<u>5</u>	<u>-</u>

16. Outras despesas administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Anúncios e publicações	(7)	-
Cartórios	(1)	-
Despesas com informática	(36)	-
Promoção e relações públicas	(1)	-
	<u>(45)</u>	<u>-</u>

17. Imposto de renda e contribuição social

Segue tabela abaixo com o detalhamento de cálculo do imposto de renda e da contribuição social para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025:

	1º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE		3º TRIMESTRE		4º TRIMESTRE	
	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(59)	-	81	(3)	(103)	(99)	453	(102)
Adições/Exclusões	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado antes da compensação do prej. fiscal, base de cálculo negativa	(59)	-	81	(3)	(103)	(99)	453	(102)
(-) Compensação prejuízo fiscal/Base de cálculo negativa.	-	-	-	-	-	-	(136)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado tributado	(59)	-	81	(3)	(103)	(99)	317	(102)
Imp. de renda – Alíquota 15%	-	-	(12)	-	-	-	(48)	-
Imp. de renda – Alíquota 10%	-	-	(2)	-	-	-	(25)	-
Contribuição social – alíquota 9%	-	-	(7)	-	-	-	(29)	-
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(102)</u>	<u>-</u>

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

18. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes da Companhia. As receitas da Companhia e conseqüentemente seus saldos de contas a receber em cada data de encerramento são oriundas da prestação de serviços de administração fiduciária das emissões de Certificados de Recebíveis. Neste contexto, entendemos que o risco de crédito é baixo devido a: (1) os honorários aos quais a Companhia faz jus no âmbito das emissões são calculados durante o processo de estruturação, com a garantia de que este e todos os demais custos da emissão serão pagos como prioridade na medida do recebimento dos recursos; (2) população de contas a receber ser pulverizada, sem concentração significativa de algum patrimônio separado; (3) o pagamento dos honorários é efetuado em sua maioria pelo backoffice da Companhia que administra o contas a receber e contas a pagar de cada patrimônio separado. Não há registro de inadimplência por parte de nenhuma emissão desde sua data de constituição.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos em um montante equivalente às saídas de caixa para liquidação de seus passivos e obrigações de curto prazo.

Risco de mercado (taxa de juros)

Atualmente, a Companhia não possui empréstimos e/ou financiamentos que possam trazer exposição a taxas de juros.

Visão geral:

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia aos riscos citados a seguir, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas Demonstrações financeiras, individuais e consolidadas.

Especificamente quanto às aplicações, essas são mantidas em montantes adequados à garantia de liquidez da Companhia. A Companhia mantém uma reserva mínima de liquidez, em aplicações de curto prazo, para cobertura das obrigações assumidas na hipótese de descasamento de fluxo financeiro.

ÉXES SECURITIZADORA S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

A tabela abaixo apresenta os valores justos dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo e seus níveis na hierarquia de valor justo.

31 de dezembro de 2025

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	614	-	614

31 de dezembro de 2024

Ativos financeiros a valor justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações financeiras (Nota 4)	-	10	-	10

19. Outras informações

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação sobre a remuneração dos administradores (Conselho e Diretoria) e também não houve remuneração dos administradores da Companhia.

20. Contingências

A Companhia não possui demandas judiciais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

21. Eventos subsequentes

A Administração não identificou eventos subsequentes que pudessem modificar as demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2025.